



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640117 - SP (2021/0013184-2)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : GUILHERME PEREIRA NASCIMENTO  
**ADVOGADO** : GUILHERME PEREIRA NASCIMENTO - SP269210  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCAS MARCELINO SILVA MELO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS MARCELINO SILVA MELO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado n. 0006072-48.2015.8.26.0496).

O juízo de primeiro grau, ao analisar o pedido de retificação de cálculos para a progressão de regime, entendeu que o paciente, em cumprimento de pena por crime considerado hediondo, deveria resgatar 3/5 e não 2/5 da reprimenda para poder ter direito à benesse.

A decisão foi ratificada em agravo, conforme a seguinte ementa (fl. 69):

*Agravo em Execução Penal - Pedido de retificação do cálculo de liquidação de penas, com afastamento do percentual de 60%, exigida no artigo 112, inciso VII, da Lei nº 7.210/1984 (incluído pela Lei nº 13.964/2019) - Consecução a progressão de regime somente após o resgate de 3/5 da reprimenda, nas hipóteses de condenação pelo cometimento de crime hediondo ou equiparado, nos casos em que o reeducando é reincidente - Impossibilidade de redimensionamento da fração mínima de expiação punitiva para 40%, reclamada no inciso V, do referido dispositivo, que está reservado exclusivamente aos reeducandos primários - Reincidência, comum ou específica, que impõe o resgate de 60% da punição carcerária - Natureza do ilícito penal anterior - Irrelevância - Precedentes - Decisão mantida - Recurso desprovido.*

O impetrante sustenta que a interpretação correta do art. 112 da LEP, alterado pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), deve ser no sentido de que exigir do apenado o cumprimento de 3/5 para a progressão prisional apenas se a reincidência for específica, ou seja, a condenação anterior for por crime hediondo. Se, como na espécie, a primeira condenação é por delito comum, o lapso temporal a exigir é o de 2/5.

Requer, liminarmente, seja adotada a fração de 2/5. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência